

Nôrda 6/1 Acordo difícil em fim de governo

JUL 1985

por Getulio Bittencourt
de Nova York

Uma nova palavra está sendo cunhada pelos negociadores brasileiros para descrever a atual situação do País no sistema financeiro internacional: "quarentena". Isso teria muito a ver com o fato de o governo José Sarney estar em seus meses finais. Também não é a primeira vez que o País entra na quarentena, liderada pelo Fundo Monetário Internacional.

A primeira aconteceu na véspera da Nova República. O então diretor-gerente do Fundo, o francês Jacques De Larosière recusou-se a fazer um acordo com o governo em final de mandato do presidente João Figueiredo.

A informação foi dada ao presidente eleito Tancredo Neves, no dia 1º de fevereiro de 1985, num encontro com o secretário de Estado, George Shultz, e o secretário de Defesa, Caspar Weinberger, na embaixada brasileira em Washington.

"Tancredo discordou da iniciativa", lembra Marcílio Marques Moreira, embaixador do Brasil em Washington, "porque sabia como seria difícil para um novo governo começar também uma negociação dessa natureza, e enviou seu futuro ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, a Paris, para uma conversa com De Larosière. Mas o FMI se manteve inflexível."

Um banqueiro com assento no comitê de bancos credores do Brasil afirma que "da nossa parte, nós teríamos feito o acordo com o governo Figueiredo, mas o ministro da Fazenda, Delfim Netto, preferiu deixar isso para o sucessor". Marcílio assegura que o obstáculo estava no FMI e não no governo.

O Fundo trabalha nesse contexto com duas limitações. A primeira é que de fato suas fórmulas técnicas não incluem condicionantes políticas, a não ser que essas condicionantes sejam politicamente ditadas por seus governadores. Especialmente pelo influente governador norte-americano.

Para conseguir essa ajuda política, o Brasil precisaria de boas relações com o Departamento de Estado. Mas o País acaba de receber a contragosto um embaixador norte-americano, e o cônsul paulista dos Estados Unidos fez recentemente um discurso criticando o Brasil. Os dois

Acordo difícil em fim...

por Getulio Bittencourt
de Nova York
(Continuação da 1º página)

países não são hoje exatamente aliados exemplares.

A segunda limitação do Fundo é sua necessidade de ampliar as cotas, ou seja, de captar mais recursos do Japão, que hoje fica atrás da Alemanha e da Inglaterra entre os cotistas da instituição. Espera-se um acordo sobre as cotas para este ano, desde que o Fundo nada faça que desagrade os governadores mais conservadores.

A atual tentativa brasileira de alcançar um acordo provisório com o FMI é baseada na lógica aristotélica, e não em argumentos macroeconômicos. O Brasil passa por uma situação de transição política e busca um acordo transitório. Em termos lógicos isso é a soma do semelhante (tran-

sição política) com o semelhante (acordo transitório).

Foi isso que o Brasil conseguiu este ano com o Banco Mundial (BIRD). Em vez de empréstimos setoriais, que não desatavam porque são baseados em princípios macroeconômicos, o Brasil concentrou sua carteira em empréstimos para projetos específicos. A vantagem dos empréstimos setoriais é que eles são de desembolso rápido. A desvantagem, no caso insuperável, é que eles incluem o outro elemento definidor da lógica, a diferença. O Brasil da transição não tem política macroeconômica consistente.

"Num momento de transição, nós precisamos de acordos de transição", argumenta o negociador brasileiro, Marcílio Marques Moreira. "Acordos menos

abrangentes. A dificuldade é que o Fundo não tem muita elasticidade para compatibilizar o ritmo da transição democrática com o ritmo econômico", acrescenta.

No momento o Fundo sequer concorda com a modificação do conceito de déficit sugerida pelo Brasil, para substituir o déficit fiscal pelo primário. Os dados positivos que o governo brasileiro procura exibir não o comovem. Esses incluem um saldo estimado de US\$ 1 bilhão na balança comercial este ano, provavelmente o terceiro maior superávit do mundo pelo segundo ano consecutivo, atrás do Japão e da Alemanha apenas.

"O leilão de títulos públicos desta semana teve uma procura duas vezes e meia maior que a oferta", lembra o embaixador. "O déficit da União, em termos

reais, fechou o primeiro semestre 30% melhor do que no ano passado. E a missão do Fundo esteve no Brasil em maio, que foi um mês excepcionalmente difícil. O BTN ainda não havia sido criado, o governo teve problemas para colocar seus papéis, o descongelamento estava começando. Mas o quadro agora é outro", assegura.

O acordo com o Fundo é o que os negociadores brasileiros chamam de "o pino da dobradiça da porta". Dele dependem recursos do próprio Fundo, dos bancos privados, do Japão e empréstimos setoriais do BIRD, que no conjunto somam quase US\$ 3 bilhões. Sem esses recursos, o governo não pretende pagar os bancos comerciais em setembro — mas sua capacidade de investimento também fica duramente atingida.